



DOCENCIA - FORMACIÓN

AS REFORMAS DA ASSISTÊNCIA PSIQUIÁTRICA E A PRIMEIRA ESCOLA DE ENFERMAGEM DO BRASIL (1890-1921).

LAS REFORMAS DE LA ASISTENCIA PSIQUIÁTRICA Y LA PRIMERA ESCUELA DE ENFERMERÍA EN BRASIL (1890-1921).

***Menezes da Silva, R., **Da Silva Junior, O. C.**

*Aluno e especial do Mestrado. Membro do Laboratório de Pesquisa da História da Enfermagem - LAPHE.

**Doutor em Enfermagem. Professor Adjunto do Departamento de Enfermagem Fundamental. Pesquisador e coordenador LAPHE. Escola de Enfermagem Alfredo Pinto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Brasil.

Palavras-chave: História da Enfermagem, reformas psiquiátricas.

Palabras clave: Historia de la Enfermería, reformas psiquiátricas.

RESUMO

Estudo em andamento do Laboratório de Pesquisa de História da Enfermagem da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, na linha de pesquisa "Desenvolvimento da Enfermagem no Brasil". Os objetivos da pesquisa são identificar a legislação sobre as reformas psiquiátricas; analisar a correspondência entre os eventos das reformas com as mudanças ocorridas na EPEE do Hospital Nacional de Alienados e discutir o impacto das reformas para a implementação da profissionalização da enfermagem no Brasil. Trata-se de um estudo exploratório do tipo histórico-social, cuja técnica principal foi a análise documental e bibliográfica. O jogo de interesses políticos, sociais e de poder envolvia a psiquiatria na época. A preocupação da Escola em formar profissionais com uma boa imagem perante a sociedade é indicada pela exigência de atestados de bons costumes, firmados por pessoa idônea. Há correspondência direta entre os eventos das reformas e as mudanças ocorridas na Escola Profissional. Concluiu-se que a profissionalização da enfermagem foi fruto, não só da criação de uma instituição, mas também de um grande e complexo jogo político e social vigente nos primórdios da República Brasileira.

RESUMEN

Estudio en marcha en Laboratorio de Pesquisa de Historia de la Enfermería de la Escuela de Enfermería Alfredo Pinto, en línea de investigación "Desarrollo de la Enfermería en Brasil". El objeto de la investigación es identificar la legislación sobre las Reformas psiquiátricas y analizar la correspondencia entre los eventos de las reformas con los cambios que ocurrieron en la EPEE del Hospital Nacional de Alienados. Discutir el impacto de las reformas para la implantación de la enfermería en Brasil. Es un estudio exploratorio del tipo histórico-social, donde la principal técnica fue el análisis de los documentos y bibliografía. El juego de intereses políticos, sociales y del poder rodeaba a la psiquiatría en la época. La conclusión es que la profesionalización de la enfermería fue resultado, no solamente de la creación de una institución, sino también de un gran juego político y social vigente en los principios de la República brasileña.

INTRODUÇÃO

O estudo é parte do subprojeto de pesquisa "Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras do Hospital Nacional de Alienados (HNA): História da Enfermagem e Documentos (1890-1921) inserido na linha de pesquisa Desenvolvimento da Enfermagem no Brasil, ligado ao Laboratório de Pesquisa de História da Enfermagem (LAPHE) da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (EEAP) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)".

A motivação para esta pesquisa se deu pelas algumas inquietações geradas no seminário permanente do LAPHE onde determinados pontos da trajetória da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras do Hospital Nacional de Alienados ficaram nebulosos, particularmente as várias re-inaugurações e o funcionamento no período de 1911 a 1921.

O presente estudo tem como objeto a correspondência entre as fatos relacionados a Reformas Psiquiátrica e a implantação e funcionamento ou não da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras - EPEE no Período de 1890 à 1921.

QUESTÕES NORTEADORAS

Quais foram os instrumentos que promoveram as Reformas Psiquiátricas e as mudanças na EPEE?

Qual o impacto dessas reformas para a implementação da Escola e da profissionalização da enfermagem no Brasil?

OBJETIVOS

Identificar a legislação sobre as Reformas Psiquiátricas

Analisar a correspondência entre os eventos das reformas e as mudanças ocorridas na EPEE do Hospital Nacional de Alienados.

Discutir o impacto das Reformas para a implementação da Escola e a profissionalização da enfermagem no Brasil.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a necessidade do estudo pelo fato de até o momento não estar disponível uma pesquisa relacionando a correspondência entre os fatos nas Reformas Psiquiátricas e a implantação e funcionamento ou não da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras - EPEE no Período de 1890 a 1921. Os mais importantes estudos produzidos até o momento são a dissertação de mestrado e a tese de doutorado de Moreira, defendidas respectivamente em 1990 e 2003 e publicadas em 1995 e 2005.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo histórico social de abordagem exploratória e análise documental sobre as Reformas Psiquiátricas/HNA e a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, no período de 1890 à 1921. Os dados foram obtidos em documentos oficiais e em literatura por meio da análise bibliográfica da História da Enfermagem e da Psiquiatria, bem como em publicações, registros noticiosos e relatórios de pesquisa, os quais estão disponíveis no Arquivo Setorial CCBS/Escola de Enfermagem Alfredo Pinto. Os dados foram organizados em um quadro analítico que serviu como instrumento para a coleta das informações, que foram inseridas nas seguintes células: ano, assistência psiquiátrica e Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras (anexo). Dessa maneira, verificou-se a correspondência entre fatos, periodização e instituição.

Soma-se à análise documental, as discussões nos seminário permanente do Laboratório de Pesquisa de História da Enfermagem (LAPHE) e a interlocução feita com outros pesquisadores e de História da Enfermagem.

RESULTADOS

Assistência Psiquiátrica e suas Reformas

A Proclamação da República em 1889 trouxe várias mudanças que incrementaram o desenvolvimento das instituições asilares, levando a um contexto de grandes mudanças na área psiquiátrica. A desanexação do Hospício Pedro II e suas colônias, da Santa Casa da Misericórdia, então passando a chamar-se Hospital Nacional de Alienados (HNA), pelo decreto 142 - A de 11 de janeiro de 1890¹. Inicia o movimento de reforma psiquiátrica no período em questão. No mês seguinte, um outro decreto, nº206 de 15 de fevereiro de 1890 - art. 13, instituiu que os pacientes acometidos de alienação mental, adquiridas ou congênitas, que perturbassem a tranquilidade pública ou que atentassem contra a vida de outro ou de si mesmo, deveriam ser colocados em asilos especiais para tratamento especializado^{2,3}. Ainda neste mesmo decreto, cria-se a Assistência Médica legal de Alienados, sendo a ela anexado o Hospital Nacional, e determina-se a criação das Colônias de Alienados de Conde de Mesquita e São Bento, ambas na Ilha do Governador⁴

O decreto nº 508 de 21 de junho de 1890 aprovou um novo regulamento para o HNA, instituindo a implementação da já criada Assistência Médico Legal a Alienados⁵. Nesse mesmo momento, o doutor Teixeira Brandão assume inteiramente a direção do HNA,

transferindo o trabalho das irmãs de caridade da administração para as enfermarias, gerando então uma crise na estrutura organizacional do hospital. Este movimento administrativo espelha o afastamento da Igreja dos negócios do Estado promovida pelo regime republicano, influenciado, entre outros pelo positivismo. Em 11 de agosto deste mesmo ano as Irmãs de Caridade deixam de prestar a assistência aos pacientes alienados. Cabe destacar que as irmãs não eram subordinadas à classe médica, tendo sua própria hierarquia, o que se chocava com os interesses da medicina psiquiátrica ascendente⁶.

Diante desta crise, a situação exigia soluções rápidas, e uma delas foi a criação da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras em 27 de setembro de 1890 e a vinda de sete enfermeiras francesas de Salpêtrière*** com o objetivo de prestar o cuidado aos psicopatas. Estas enfermeiras, não religiosas, foram contratadas pelo Ministro do Brasil e pelo diretor do HNA, permanecendo por mais de quatro anos na instituição⁷.

Em 24 de fevereiro de 1891, a Constituição Republicana estabeleceu a separação do Estado da Igreja, pondo fim às subvenções e isenções de impostos das Santas Casas de Misericórdia e, por este motivo, os hospícios começaram a ficar ainda mais superlotados, sujos, com grande incidência de mortalidade e de tuberculose. Esta medida também acirrou a crise de pessoal no Hospital Nacional de Alienados, já que eram as irmãs de caridade as responsáveis pelo atendimento, estas saíram no dia 11 de janeiro de 1890.

Em 18 de outubro de 1891, foi criada a Secretaria do Interior, que tinha sob sua subordinação o Serviço de Higiene da Província e da polícia, sendo o primeiro responsável pelo controle epidemiológico e último pelas questões da doença mental, apenas recolhendo os alienados para as cadeias a fim de que estes não perturbassem a tranquilidade pública e não ofendessem a moral e os bons costumes. Vale destacar que a maior parte dos internos do HNA era formada pelos representantes das classes mais inferiores da sociedade⁴.

Os exames realizados pelo Serviço Médico Legal da polícia apresentavam-se como importantes dados para se avaliar a proporção de indigentes encaminhados ao HNA. No relatório da Assistência Médico Legal, Teixeira Brandão relata que de janeiro de 1890 a novembro de 1894 haviam sido internados 3.201 doentes alienados, afirmando ainda que durante quase cinco décadas, o HNA havia recolhido 6.040 doentes alienados³.

Em 7 de outubro de 1893, pelo decreto 1559, foi criado o Pavilhão de Observação do Hospital Pedro II na Chácara do Hospital Nacional com o objetivo de acomodar os indigentes suspeitos de alienação mental, estando este pavilhão vinculado à Faculdade Nacional de Medicina sob a direção de Teixeira Brandão, chefe da Cadeira da Clínica Psiquiátrica e de Moléstia Nervosa⁴.

Em setembro de 1894, a Legação Francesa solicitava a regulamentação dos vencimentos e a devolução dos pertences das duas irmãs Eon enfermeiras francesas que morreram no Brasil. Em 1895, o Ministério da França solicitou ao Ministério da Justiça do Brasil, o visconde de Cabo Frio, a regulamentação da situação das sete enfermeiras⁷.

O HNA teve vários problemas nos decorrer de sua história, com destaque para a superlotação, e a conseqüente “promiscuidade” entre os doentes pois estes ficavam misturados, não havendo separação entre os estágios de doenças, crianças, adultos, pobres, ricos, curáveis e incuráveis. A precariedade de higiene, transmissão de doenças contagiosas responsáveis pelo alto índice de mortalidade; e a má remuneração dos médicos e “pseudo-enfermeiros”, além da má qualificação da assistência completavam o quadro em que se encontrava a instituição.

Em 1902, instala-se uma comissão de inquérito para averiguar as denúncias da imprensa sobre a precariedade e a promiscuidade entre crianças e adultos na instituição psiquiátrica. Então, em 1903, Juliano Moreira professor da seção de doenças nervosas e mentais da faculdade de Medicina da Bahia, foi indicado pelo Presidente Rodrigues Alves para assumir a direção do Hospital, criou no HNA o primeiro pavilhão Escola, futuro pavilhão Bouneville em 1904, para crianças anormais, na cidade do Rio de Janeiro, o qual era composto por duas grandes salas, uma para meninos e outra para meninas, uma escola, um jardim e aparelhos para reabilitação. Neste Pavilhão recebiam tratamento e educação, cujos métodos pautavam-se no processo de Séguin^{3,8}.

Neste mesmo ano, inicia-se o debate entre parlamentares e psiquiatras acerca da promulgação de lei que uniformizasse os serviços de hospitalização dos alienados e que estabelecesse medidas assecuratórias da situação desses enfermos. Teixeira Brandão, neste mesmo ano, elegeu-se deputado e usou de sua força política para influenciar a viabilização de tal lei, que foi promulgada em 22 de dezembro de 1903, fez do psiquiatra a maior autoridade sobre a loucura.

O decreto 1.132 de 1903 legalizou a reclusão e concedeu amplos poderes aos psiquiatras, a despeito do poder Judiciário, tendo este último ínfima intervenção e atuando apenas a partir de algumas brechas para a fiscalização da saúde mental. "... o poder psiquiátrico reinava quase absoluto quando se tratava de julgar a procedência do seqüestro, provisório ou definitivo, dos indivíduos suspeitos de alienação mental..."³.

A lei de 1903 proibia que alienados fossem mantidos em cadeias públicas e determinava a extinção dos "manicômios criminais". Assim, os alienados delinqüentes, condenados, só poderiam permanecer em asilos públicos, nos pavilhões especializados para estes pacientes. Neste mesmo ano, iniciam-se as obras de reformas do HNA que foram concluídas em 6 de abril de 1905, resultando na modernização do hospital.

A partir de 1905, sob influência de Juliano Moreira, formulava-se uma nova visão de assistência aos pacientes, onde se pregava o respeito ao sofrimento, o zelo pelo conforto e um certo grau de liberdade aos internos. As portas dos asilos não seriam mais trancadas, extinguindo, desta maneira, o enjaulamento dos doentes.

Neste mesmo ano é re-inaugurada a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras no Hospital Nacional de Alienados e a publicação de um artigo de Olavo Bilac na Revista Kosmos a respeito das transformações ocorridas no hospital descrevendo o pavilhão Bourneville que era dirigido pelo Dr. Fernandes Figueira, e os métodos utilizados para a reabilitação das crianças internadas e sobre uma enferma que passou cuidar dos meninos e meninas como se fossem filhos dela utilizando toda sua inteligência para cuidar destas crianças. Bilac descrevia também seus sentimentos a respeito do HNA⁸.

Em 1908 o Pavilhão Seabra reunia várias oficinas de terapia do trabalho, onde os internos poderiam praticar tipografia, encadernação, pintura e serviços de alvenaria e de ferragem. As terapias de trabalhos não eram exclusivas das colônias que possuíam oficinas agrícolas. O HNA possuía alguns pavilhões destinados a promover esta terapia implantada na Administração de Juliano Moreira, diretor do Hospital de Alienados. Os exercícios destas atividades em 1908 e 1911 contavam com a participação de respectivamente de 806 e 1.250 internos³.

Em 11 de julho 1911, foi promulgado o decreto 8.834, uma outra reforma psiquiátrica, que previa a fundação de colônias para "ébrios habituais" e epiléticos, tendo como objetivo aliviar o Hospital Nacional de Alienados, pois foi constatado por Juliano Moreira que o alcoolismo era uma das causas principais de internação. Este mesmo decreto previa a

criação dos serviços de assistência hetero-familiar que seriam introduzidos por Gustavo Riedel na colônia de Alienados de Engenho de Dentro, o que, porém só foi efetuado no fim da década de 20 do século XX³. Respondendo ao problema de superlotação no HNA e suas colônias estabeleceu-se no Hospital um serviço de consultas externas com a finalidade de selecionar os casos cuja internação seria indispensável. Como tal serviço não teve êxito, em 1912, o Diretor do Hospital Nacional de Alienados, Juliano Moreira, criou o serviço ambulatorial onde eram ministradas consultas diárias para pacientes com perturbações mentais em que não havia indicação de internação³. Este serviço tinha como objetivo reduzir o número de internações e também diminuiu a despesa do Estado com a hospitalização.

Em 1920, ocorreu um aumento no número de estabelecimentos destinados aos doentes mentais e foram inauguradas a Colônia de Engenho de Dentro para mulheres, e a Colônia de Jacarepaguá para homens, tendo como objetivo sanar a superlotação do HNA. Ao lado destas, a Colônia da Ilha do Governador, destinada a atendimentos para homens, funcionou com regularidade na década XX contribuindo na assistência aos alienados³.

Em virtude das repetidas revoltas ocorridas no HNA, Juliano Moreira, como diretor era forçado a chamar a polícia e o corpo de bombeiros para conter os revoltosos. Então, sob a advertência de médicos, legistas e judiciários quanto a necessidade de respostas a estas situações de crise, foi criado em 1921 o Manicômio Judiciário com objetivo de detenção e correção dos internos considerados perigosos e incuráveis³.

O decreto nº 4.294 de 6 de junho de 1921 instituiu a criação de um estabelecimento de alcoólatras e toxicômanos sob a denominação "Sanatório Toxicômano", visando o tratamento médico e correccional por meio do trabalho aos intoxicados pelo álcool ou por substância inebriantes ou entorpecentes. Tal instituto dividia-se em duas partes, a saber: seção para internados judicialmente e outra seção para internos voluntários³.

O Surgimento da primeira Escola de Enfermagem do Brasil

Verificou-se um momento de crise de pessoal na assistência dos hospitais civis, militares e, inclusive, no Hospital Nacional de Alienados em decorrência da desvinculação das irmãs de caridade, que foi motivada, por não serem subordinadas à classe médica, tendo sua própria hierarquia e a busca da psiquiatria em tomar o controle total sobre o hospício⁶.

O presidente Marechal Deodoro da Fonseca, a fim de sanar tal situação aprovou o decreto nº 791/18909 pelo qual ficou estabelecida a criação da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras (EPEE) do Hospício Nacional de Alienados, para o fornecimento de mão-de-obra qualificada para todos os hospitais civis, militares e psiquiátricos Cabe destacar que escola estava vinculada ao Ministério da Justiça e Negocio Exteriores e não à Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro. Segundo este mesmo decreto, o curso de enfermagem tinha uma duração mínima de dois anos, e era ministrado três vezes na semana por médicos e constava das seguintes disciplinas: Noções Práticas de Propedêuticas Clínicas, Noções Gerais de Anatomia, Fisiologia, Higiene Hospitalar, Curativo, Pequenas Cirurgias, Cuidados Especiais e Certas Categorias de Enfermos, Aplicação de Balneoterapia, Administração Interna, "Escreituração" do Serviço Sanitário e Econômico das Enfermarias³.

Para se matricular na EPEE, o pretendente deveria ter pelo menos 14 anos de idade, saber ler e escrever, conhecer aritmética elementar e apresentar atestado de bons costumes. Os alunos admitidos no curso poderiam ser submetidos a regime interno ou externo, possuíam aposentos, alimentação e uma gratificação que no primeiro ano era de 20\$ (vinte Réis) mensais e no segundo ano de 25\$ (vinte cinco Réis), porém deveriam

ajudar os empregados do estabelecimento no serviço hospitalar, recebendo gratificação quando se destacavam nos exames em que o Diretor Geral se fazia presente.

O artigo 6 do decreto nº 791/1890, § VI ditava que ao final do curso, os alunos receberiam um diploma assinado pelo Diretor da Assistência Médico-Legal de Alienados. Cabe ressaltar que o fato de ser funcionário do HNA não isentava o aluno de fazer o estágio hospitalar. Sobrepondo-se as condições de estudantes e funcionários.

Em 1890 a 1906 foram encontrados 8 notícias no “Jornal do Comércio” e na revista “O Brasil-Médico” a respeito da inauguração e funcionamento da EPEE.^{2,10}

Em 14 de janeiro de 1890, no jornal do Comércio na seção gazetilha, página 01, tem como conteúdo a intenção do governo em amparar as meninas desvalidas maiores de 18 anos, possibilitando-as de serem transferidas de sua instituição para a assistência asilar, a fim de se possibilitar o exercício da profissão de enfermeiros. Durante o aprendizado, elas deveriam trabalhar junto aos empregados da assistência no serviço que lhe fosse destinado e na qualidade de aluna elas teriam o direito de serem remuneradas.

Em 1º de outubro de 1890, surge uma outra notícia do mesmo jornal e seção, intitulada “Escola Profissionais Enfermeiros e Enfermeiras”, publicando o decreto de criação da Escola no HNA e enfatizando as atividades de profissionalização para as mulheres, abrindo portas para um novo horizonte. No dia 8, deste mesmo mês, foi publicados um artigo na revista “O Brasil Médico”, na página 300, na seção “Crônica e Notícia” com o presente título “Hospital Nacional de Alienados”, o qual destacava a criação da Escola, em 27 de setembro do mesmo ano, pelo então Diretor do Hospital Nacional de Alienados, Dr. Teixeira Brandão, com a finalidade de preparar Enfermeiros e Enfermeiras para hospícios e hospitais públicos, ampliando, desse modo, a atividade feminina e proporcionando sua própria independência através do trabalho honesto⁷.

Em 1º de abril de 1897 foi anunciado, na revista “Brasil Médico”, na mesma seção “Crônicas e Notícia”, um artigo com o título “Escola de Enfermeiros”, anunciando a primeira re-inauguração da EPEE no dia 3 de abril de 1897 pelo diretor Dr. Márcio Nery, médico-chefe do HNA, enfatizando a sua importância criação da EPEE e relatando que as aulas já haviam começado⁷.

Uma outra notícia foi encontrada na mesma publicação, na seção boletim semanal, página 208 com o título O Hospital Nacional de Alienados e a Escola de Enfermeiros, contendo o discurso do Dr. Campos Sales que protesta contra as notícias vinculados na imprensa sobre dois internos criminosos que fugiram do HNA, registra a saída das irmãs de caridade e suas conseqüências e a criação da EPEE, para alunos de ambos os sexos.

O período de 1890 a 1904 foi marcado por constantes impasses, pois existiam decretos relativos à inauguração e às re-inaugurações da EPEE, porém não foi encontrado, até o presente momento dados na imprensa escrita da época, nem no acervo documental da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, nenhum tipo de documento que comprove que a escola funcionou neste período, ao contrário do ano de 1905, do qual foram encontrados, neste acervo, documentos originais comprovando o seu funcionamento.

No dia 16 de Fevereiro de 1905, no Governo de Rodrigues Alves, a segunda re-inauguração ocorreu, pelo Diretor do HNA, Afrânio Peixoto, tendo como testemunhas oficiais do evento o Ministro da Justiça e Negócios Interiores, J.J. Seabra; o Diretor da Escola, Dr. Antonio Fernandes Figueira; o secretário da escola, Dr. João de Melo Matos¹¹. No dia 17 deste mesmo mês o Jornal do Comércio publica um artigo intitulado Hospício Nacional de Alienados, na sessão gazetilha que informa a segunda re-inauguração da EPEE em 16 de

fevereiro, descrevendo a presença do corpo docente, administrativo e a presença de deputados e do diretor interino do HNA, Dr. Afrânio Peixoto.

Os candidatos interessados em matricular-se no curso de Enfermagem, nesta sua nova fase, deveriam fazê-lo entre os dias 15 e 23 de fevereiro de 1905 com os seguintes pré-requisitos: saber ler e escrever corretamente, conhecer aritmética elementar, apresentar atestado de saúde e de vacinação recente e declaração de bons costumes firmados por pessoas idôneas. Estas informações estão na Minuta do edital de matrícula 1905.****

Ao analisar alguns os documentos encontrados no acervo documental da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, constatamos as características dos discentes da turma de 1905 da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras. Os resultados mostram que os alunos inscritos na turma do curso de enfermagem em 1905 eram 35 alunos sendo 24 homens e 11 mulheres, 14 portugueses e 08 espanhóis, 01 italiano, totalizando 23 imigrantes; 11 brasileiros e 01 sem especificação de nacionalidade. Os alunos inscritos no curso tinham a média de idade de 22 anos sendo o mais novo com 18, o mais velho, 49 anos e 03 não possuíam especificação de idade. Quanto ao estado civil destes inscritos, eram 09 casados, 23 solteiros, 02 viúvos e 01 sem especificação do seu estado civil. Descobrimos que 100% dos 35 alunos matriculados trabalhavam no Hospício Nacional de Alienados¹².

No ano de 1906 a revista “O Brazil Médico” publica outro artigo intitulado Escola de Enfermeiros, contendo o discurso do Dr. Fernandes Figueira desqualificando os “pseudo-enfermeiros” e exaltando a iniciativa de se formar enfermeiros com um padrão maior que o de Paris⁷.

Foram encontrados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, relatórios do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, reportados ao presidente da república pelos Ministros, contendo dados relevantes que comprovam que a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras não funcionou nos períodos de 1908, 1909, 1910, 1914 e 1915, devido a sobrecarga de trabalho empregadas no HNA, não tendo os alunos-funcionários, tempo suficiente para freqüentar com regularidade as aulas da Escola.

Em 1911, no governo de Marechal Hermes da Fonseca, foi promulgado o decreto nº 8.834, que reformulava a assistência psiquiátrica, porém com a omissão da necessidade de funcionamento da EPEE. A única referência à escola é a transcrição o decreto 791 de 1890 que fundou a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras¹⁵.

Até o presente momento não foram encontrados dados relacionados ao funcionamento da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras nos relatórios do Ministério da Justiça e Negócios do Interior, nos anos de 1911, 1912, 1915 e 1916 no Arquivo Setorial da Escola Alfredo Pinto.

No ano de 1913, de acordo com o relatório do Hospício Nacional de Alienados assinado pelo diretor Juliano Moreira, houve uma nova tentativa de re-inauguração da Escola. Todavia, apesar da exaustiva realização do presente estudo, não foram encontrados registros de funcionamento da EPEE neste período.

No ano de 1920, foi fundada a seção feminina da EPEE, na referida Colônia, recebendo o nome de Escola Profissional de Enfermeiras, que tinha por finalidade formar mulheres para prestar serviços a esta Colônia. A citada Escola funcionou com regularidade, formando sua primeira turma em 1921. Então, o Ministro da Justiça e Negócio Interiores, Dr. Alfredo Pinto, juntamente com diretor da colônia Dr. Gustavo Riedel no ano de 1921, apoiou o funcionamento da Escola, denominando-a Escola Profissional de Enfermeiras Alfredo Pinto¹³.

Ainda no ano de 1921, foi expedida a Portaria de 1º de setembro, pelo Ministro da Justiça, Dr Alfredo Pinto Vieira Melo, em nome do presidente Epitácio Pessoa, regulamentando o novo regimento interno da Escola de Enfermagem. Este regimento estabelecia a divisão da Escola em três seções: a masculina, que até o presente momento não foram encontrados documentos que comprovam o seu funcionamento; a feminina, que se localizava na Colônia de Psicopatas Gustavo Riedel, no Engenho de Dentro, recebendo o nome do Ministro da Justiça e Negócios Interiores Dr. Alfredo Pinto, passando a se chamar Escola Profissional de Enfermeiras Alfredo Pinto; e a “mixta” que se localizava no Hospício Nacional de Alienados¹⁴.

Foram encontrados documentos datados de 1921, no arquivo setorial da Escola Enfermagem Alfredo Pinto, que comprovam o funcionamento da Escola funcionou durante este ano. Os documentos encontrados foram: o histórico escolar da turma de 1921; solicitações para realização de provas, dados pessoais, folha de pagamento e de gratificação dos docentes e discentes da EPEE contendo as tabelas com nomes, mês e valor.

A análise destes documentos encontrados revela as características dos discentes da turma de 1921, da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras Escola Profissional de Enfermeiras Alfredo Pinto. Os resultados mostram que na turma do curso de enfermagem do ano de 1921 havia 10 alunos, sendo 09 mulheres e 01 homem, todos brasileiros. Os alunos inscritos no curso tinham a média de idade de 22 anos, sendo o mais novo com 19 anos e o mais velho 26. Quanto ao estado civil destes inscritos, 02 eram casados, 04 solteiros, 01 viúva e 04 não foram identificados. Descobriu-se que 06 dos 11 alunos matriculados trabalhavam no Hospício Nacional de Alienados. Notou-se também que um aluno do sexo masculino não se encontrava no relatório apresentado pelo Ministro da Justiça e Negócios do Interior, Dr. Joaquim Ferreira Chaves, que solicitava a entrega do certificado às alunas da seção feminina da Escola Profissional de Enfermeiros no ano de 1922.

Destaca-se que a EPEE do HNA tinha um crédito de 30.000\$000 contos de réis para realizar todas as suas despesas, dentre as quais estava o pagamento do administrador e docentes, os quais recebiam 250\$000 contos de réis, do secretário e escripturario, que ganhavam 100\$000 réis, bedel e bedel interno ganhavam 37\$000 réis, e dos alunos pensionistas que embolsavam 20\$000 réis. Toda administração dos créditos era realizada pela a secretaria do Hospício Nacional de Alienados, através do serviço de escrituraria Alienista.

CONCLUSÕES

O início do período republicano foi marcado por diversas transformações políticas, econômicas e sociais envolvidas nas ações de saúde, educação e assistência psiquiátrica que influenciaram, direta ou indiretamente, a criação da primeira escola de enfermagem do Brasil, a atual Escola de Enfermagem Alfredo Pinto em 1890.

No período em análise (1890-1921), a questão da saúde estava intimamente relacionada às campanhas sanitárias e não era assunto prioritário nos negócios da união. As transformações efetivadas nesta área foram motivadas por interesses políticos e econômicos, uma vez que os surtos epidêmicos da época constituíam-se em grandes entraves às negociações comerciais e clamavam por soluções rápidas.

É visível o jogo de interesses políticos, sociais e de poder que envolvia a questão da psiquiatria na época, a exemplo da promulgação da lei 1132 de 1903, onde Teixeira Brandão usa sua força política para defesa dos interesses da classe psiquiátrica, potencializando o

prestígio e reconhecimento desta como autoridade máxima no tratamento das questões da loucura e outros “desvios”. Neste período, contempla-se a legalização da reclusão, marcada por medidas de autoritarismo extremo, fazendo do hospício mais uma casa de detenção do que um hospital e misturando alienados e criminosos sem qualquer distinção.

O seqüestro das pessoas para a instituição de psiquiátrica em virtude da manutenção da moral e dos bons costumes esconde sob sua crista a dominação de classe, uma vez que quem determina o padrão que deve ser seguido são as pessoas e os grupos mais poderosos da sociedade.

A criação da primeira Escola de Enfermagem surgiu da necessidade de atender à carência de mão-de-obra qualificada no HNA diante da, saída das irmãs de caridade em virtude do processo de laicização do Estado. A necessidade social da qualificação da enfermagem não decorreu de uma demanda espontânea da sociedade, mas do ascensão do Estado republicano e da psiquiatria em estabelecerem a nova ordem distanciada da religião e influenciada pelo poder psiquiátrico e científico.

Vale destacar que os pré-requisitos de seleção dos alunos da EPEE eram bem rigorosos para a época, tendo em vista que exigia a leitura e escrita corretas, além de conhecimentos de aritmética elementar, a despeito dos altos índices de analfabetismo do período. A exigência de atestados de bons costumes firmados por pessoa idônea comprova a preocupação da Escola em formar profissionais com uma boa imagem perante a sociedade. Após re-inauguração de 1905 estes critérios tornaram-se ainda mais acirrados, sendo acrescidos do atestado de vacinação com o propósito da não transmissão de doenças entre os alunos, docentes e pacientes.

Ao analisarmos as propostas de matrículas dos alunos inscritos no curso da EPEE, podemos afirmar com base nos dados coletados que 68,57% dos inscritos eram homens, que relacionamos as características do trabalho realizado junto aos alienados no HNA, a necessidade de força física e moral masculina para o controle dos alienados.

Verificamos também que a presença de 65,7% de imigrantes inscritos, o que condiz com o grande contingente de imigrantes ibéricos no Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX.

Uma análise mais detalhada dos fatos indica que as re-inaugurações da Primeira Escola de Enfermagem do Brasil estão relacionadas com as mudanças da direção do Hospício Nacional de Alienados e suas reformas, o que se comprova com inauguração da Escola 1890 devido a desanexação do Hospício da Santa Casa de Misericórdia; a reinauguração em 1897 em virtude da nova direção do HNA pelo Dr. Márcio Nery; a reinauguração em 1905 devido a conclusão das obras de modernização do hospício; Importante ressaltar que em 1913 houve uma nova reinauguração da Escola, mas até o presente momento não foram encontrados dados que confirme a sua relação com as Reformas psiquiátricas e o seu funcionamento neste período.

Em 1921 houve reformulação do regimento interno da Escola influenciada pela presença do psiquiatra Gustavo Ridel e do Ministro da Justiça e negócios interiores Dr. Alfredo Pinto.

A primeira iniciativa de profissionalização de enfermagem decorreu não só de uma instituição, mas de um grande complexo político vigente no momento em que a Igreja e o Estado se desvinculavam, deixando os enfermos à espera de um cuidado mais qualificado. O estado e Psiquiatria buscaram no modelo de enfermagem francesa a resposta para esta necessidade, ignorando a instituição da Enfermagem Nightingaleana, implantada trinta anos antes na Inglaterra.

Da emergência do poder da psiquiatria, vimos o alvorecer da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras com uma trajetória peculiar na formação dos profissionais de enfermagem do Brasil.

ANEXO

Reformas de la Asistencia Psiquiátrica y la EPEE/ HNA

Año	Reformas Psiquiátricas	EPEE
1890	Decreto n°142-A, de 11 de Enero de 1890, Mude la o Nome del Hospicio de Pedro II para Hospicio Nacional de Alienados transformado en un establecimiento público e independiente de la SCM.	Decreto n° 791 de 27 de septiembre de 1890 Creación de la EPEE
1897	Sustitución del Dr. Teixeira Brandão de la dirección del HNA por el Dr. Marcio Nery	“Reinauguración” de la EPEE por el Dr. Márcio Nery, médico jefe del HNA.
1905	Implantación de la Reforma Psiquiátrica con la Asistencia Médico-legal y atendimiento más humanizado y moderno.	Nueva reinauguración de la EPEE con intuito de formación de Enfermeros(as) para el HNA.
1911	Decreto n° 8.834 de 11 de julio de 1911, que dispone sobre a reorganización de la Asistencia a Alienados, teniendo como a intención de la creación de la Colonia de Engenho de Dentro y de un pabillón femenino	Reformulación de la Asistencia Psiquiátrica con la omisión de la necesidad de funcionamiento de la EPEE.
1921	Decreto n° 4.294 de 6 de junio de 1921 instituyó la creación de un establecimiento de alcohólicos y toxicómanos, visando el tratamiento médico y corrección por medio del trabajo a los intoxicados por el alcohol o por sustancias inebrian tez o entorpecí entes.	Portería de 1 de septiembre, por el Ministro de la Justicia, Dr. Alfredo Pinto Vieira Melo instituyó el Nuevo regimentó interno de la Escuela de Enfermería. Este regimentó establecía la división de la Escuela en dos secciones: la femenina y “mixta”

NOTAS

***No Hospital de Slapetrière funciona a escola feminina de Enfermagem -Escolas Municipais da Assistência Pública.

****Documento localizado na caixa n° 001-p, pasta 7 do arquivo setorial da EEAP/UNIRIO.

REFERÊNCIAS

1. Decreto nº 142- A de 11 Janeiro de 1890. Desanexo Hospital da Santa Casa da Misericórdia desta capital o Hospício de Pedro II, que passaria a denominar-se Hospital Nacional de Alienados. Decretos do Governo da Republica dos Estados Unidos do Brazil, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, primeiro fascículo 1 à 31 Jan. 1890, 1890, p. 23.
2. Decreto nº 206 A de Fevereiro de 1890. A prova às instruções que se refere o decreto nº142 A de 11 de Janeiro, e cria a Assistência Medico-Legal de Alienados. Decretos do Governo da Republica dos Estados Unidos do Brazil, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, primeiro fascículo 1 à 31 Jan. 1890, 1890, p.276.
3. Engel MG. Os Delírios da Razão: médicos, loucos e hospícios- Rio de Janeiro, 1830-1930. Rio de Janeiro:Fiocruz, 2001;253-358.
4. Fiocruz. Memória da Psiquiatria no Brasil, Rio de Janeiro, Fiocruz, 2003. [CD-ROM]Rio de Janeiro. Fiocruz
5. Decreto nº 508 de 21 de Junho de 1890. Aprova o regulamento para Assistência Medico-Legal de Alienados. Coleção de Leis do Brazil, Rio de Janeiro, 1890, p.1333-1351.
6. Moreira A. Profissionalização da Enfermagem Brasileira: O Pioneirismo da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (1890-1920).Tese (Doutorado em Enfermagem)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
7. Moreira A .Desmistificando a Origem da Enfermagem Brasileira. In: História da Enfermagem: Versões e interpretações. 2.ed. Rio de Janeiro: Revinter. p. 61-119. 2002.
8. Lopo LF. 1903 Bourneville: primeiro pavilhão de crianças do hospício nacional de alienado. Saúde, Sexo e Educação, Rio de Janeiro; 1999; 18-19:24-32,
9. Decreto nº791 de setembro de 1890. Decreto de Criação da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras. Coleção de Leis do Brazil, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional,1890.
10. Espirito SantoTB. As Notícias no Jornal do Comercio sob a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras (1890-1910); No prelo 2004.
11. Moreira A. Escola de Enfermagem Alfredo Pinto - 100 anos .1990. Dissertação (Mestrado em Enfermagem)-Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.
12. Bessa MN, Silva R M, Santos BE. Característica dos Discentes da Turma de 1905 da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, (Graduação em Enfermagem)- Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro; No prelo 2003.
13. Cardoso A. As Colonias de Alienados: retrospecto e visão futura da Colonia de Psychopathas no Engenho de Dentro. In: Annaes da Colonia de Psychopathas. Rio de Janeiro, 1929. P. 45-57.
14. Chaves J F. .Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados do Brasil pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Rio de Janeiro, Imprensa

Nacional, 1922, p.71-191.

15. Decreto nº 8.834 de junho de 1911. Regulamento Assistência Alienados, a que se refere o decreto nº 8.834. Coleção de Leis do Brasil, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, v. II, 1911, p.152-153.

ISSN 1695-6141

© [COPYRIGHT](#) Servicio de Publicaciones - Universidad de Murcia